

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Eliane Machado Alves

**Pelo Direito à Natureza: Educação Ambiental e o Papel Docente em Núcleos de
Educação Infantil em Florianópolis-SC**

Florianópolis
2022

Eliane Machado Alves

**Pelo Direito à Natureza: Educação Ambiental e o Papel Docente em Núcleos de
Educação Infantil em Florianópolis-SC**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Cunha

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Eliane Machado

Pelo Direito à Natureza : Educação Ambiental e o Papel
Docente em Núcleos de Educação Infantil em Florianópolis-SC
/ Eliane Machado Alves ; orientador, Luis Felipe Cunha,
2022.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Criança. 3. Natureza. 4. Educação
Infantil. 5. Educação Ambiental. I. Cunha, Luis Felipe. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Pedagogia. III. Título.

Eliane Machado Alves

**Pelo Direito à Natureza: Educação Ambiental e o Papel Docente em Núcleos de
Educação Infantil em Florianópolis-SC**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
“Licenciatura de Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso Pedagogia.

Florianópolis, 22 de julho de 2022.

Prof.(a), Dr.(a) Patrícia de Moraes Lima
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof., Dr. Luis Felipe Cunha
Orientador
Instituição UFSC

Prof.(a) , Dr.(a) Kátia Adair Agostinho
Avaliador(a)
Instituição UFSC

Prof, Dr. Sílvio Mendes
Avaliador
Instituição UFSC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas bênçãos recebidas, que fortaleceram.

Agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar, e a ser sempre melhor como
pessoa.

Agradeço aos meus irmãos, que me incentivaram a dar continuidade aos meus estudos.

Aos meus filhos, Thiago e Rafael, que me motivaram e ajudaram na minha trajetória
acadêmica.

Aos meus professores(as) do curso de Pedagogia.

Ao meu professor orientador, Luis Felipe, que me ajudou e orientou nessa fase conclusiva da
minha formação.

A todos, que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação.

Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim esse atraso de nascença.
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior que o mundo.
(BARROS, 2014)

RESUMO

A Educação Ambiental tem como um de seus objetivos proporcionar uma maior sensibilidade dos educandos em relação à natureza e tudo que a envolve, na finalidade de conhecê-la e preservá-la. Assim ela é importante desde a educação infantil, favorecendo o desenvolvimento da criança na esfera cognitiva e física e proporcionando um maior conhecimento sobre o meio em que se vive. Denota-se que nos ambientes de boa parte das escolas brasileiras, como é o caso do município de Florianópolis-SC, o acesso à natureza acontece de forma precária, e as crianças ficam muito tempo dentro de ambientes fechados. O objetivo desta pesquisa é analisar como uma maior integração entre as crianças e a natureza pode ser benéfica ao aprendizado da Educação Ambiental e ao desenvolvimento infantil, de modo geral, refletindo sobre o papel da escola e dos profissionais da educação, nesta perspectiva. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa envolveu a revisão bibliográfica sobre a necessidade de integração entre a criança e a natureza, no contexto da Educação Infantil, além da realização de três entrevistas com professoras/es de Núcleos de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Com essa pequena pesquisa vê-se que o tempo proporcionado em espaços externos é muito pouco, em relação ao tempo em que as crianças ficam dentro da instituição. Cabe ressaltar, que o espaço externo oferecido às crianças, geralmente é construído com materiais da construção civil, como concreto e plástico, não permitindo o contato com a natureza ou seus elementos, dificultando a abordagem docente, no que tange a Educação Ambiental. Isso se reflete nas unidades de Educação Infantil visitadas. Os docentes dessas unidades, têm que utilizar de meios criativos para valorizar o conhecimento e o respeito, em relação à natureza. Percebe-se, portanto, o quanto ainda é necessário fazer para que realmente as crianças tenham uma Educação Ambiental de qualidade, no contexto educacional.

Palavras-chave: Criança; Natureza; Educação Infantil; Educação Ambiental.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

EA - Educação Ambiental.

EI - Educação Infantil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NEIM - Núcleo de Educação Infantil Municipal

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. Direito à natureza: por uma infância vivida em plenitude.....	21
2. O conceito de Educação Ambiental.....	30
2.1 A Educação Ambiental na Educação Infantil.....	35
3. O papel docente: por uma educação ambiental de qualidade.....	38
3.1. Entrevistas com professoras da Rede Municipal de Florianópolis.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental quando é oferecida na primeira fase da educação básica, pode contribuir positivamente, pois nessa fase que objetiva “promover a formação integral dos indivíduos” (VERDEIRO, 2021, p. 131). De modo interdisciplinar, a Educação Ambiental se concretiza através da imersão orientada em todo contexto educacional, e propicia um processo de ensino e aprendizado que desperta a curiosidade, as emoções, e estimula o olhar crítico e, assim, pode contribuir de forma determinante na formação do indivíduo.

Segundo Alvarez (2008), todas as disciplinas são importantes e se relacionam entre si como uma rede de conhecimentos. Dito isso, este trabalho busca valorizar na Educação Infantil, a educação sobre o meio-ambiente, e as experiências que os espaços junto à natureza podem oferecer para favorecer, “cada vez mais uma educação conscientizadora” (VERDERIO, 2021, p. 131), junto ao processo educativo, contribuindo com o aprendizado desde tenra idade.

Com ambientes junto à natureza cada vez mais reduzidos, principalmente nos centros urbanos, as crianças ficam cada vez mais reclusas em espaços fechados. Fato este, que também ocorre, em muitos espaços de educação formal. Como auxiliar de sala, da Educação Infantil, do Município de ensino de Florianópolis, desde 2011, pude observar questões rotineiras, como o pouco tempo destinado às atividades ao ar livre e em espaços abertos, a condição dos horários fixos e a demanda para o uso do parque. Além das questões climáticas, que interferem nas condições para ir aos espaços abertos dos Núcleos de Educação Infantil (NEIM) em que trabalhei, no município de Florianópolis.. Pensando nisso, passei a me perguntar qual seria o papel da escola, no resgate por uma infância mais livre e mais próxima a espaços naturais?

Observei durante a minha experiência com a Educação Infantil, a vontade e o querer, que as crianças têm, no seu dia a dia, na instituição, de estar no parquinho, de sair da sala. Este desejo é cobrado a todo momento. Inclusive, fazem muitos questionamentos quando são privados dessa oportunidade, como nos casos de chuva, muito vento e temperaturas inadequadas para realização de tal intento.

Segundo Verderio (2021), a Educação Ambiental pode ser considerada como a formação dos valores que são produzidos através de processos que o indivíduo e a coletividade elaboram para a subsistência do meio ambiente. Isto porque, a vida humana requer a conservação para continuidade.

Tive também em meu percurso, a chance de observar e trabalhar com educadoras criativas que promoviam ambientes diferenciados para as crianças sob seus cuidados. Por exemplo, com as atividades realizadas por pequenos grupos no salão, espaço que normalmente é o refeitório, mas que também é usado para outras atividades. Assim como a criação de cantinhos com brinquedos na lateral externa da sala, o que favorecia a criatividade e as vivências das crianças em ambientes diversos, favorecendo o brincar e a experiência.

Isto me levou a pesquisar: qual seria o papel docente na proposição de atividades que extrapolassem a sala de aula, e colocassem os alunos em contato com a natureza? Qual seria a importância disso para o desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças? De que modo esta aproximação estimularia o respeito e o cuidado com o meio ambiente, possibilitando o acesso à educação ambiental na formação da cidadania, desde a tenra idade?

Portanto, foi da observação de que os alunos passavam muito tempo em sala de aula nos NEIM onde trabalhei, que surgiu o interesse em pesquisar a importância do desamparado da infância, buscando assim fazer uma revisão bibliográfica desse tema. Pesquisar o conceito de Educação Ambiental e procurar refletir sobre o papel dos profissionais da educação infantil, frente aos limites, desafios e possibilidades no que tange um cotidiano escolar que, via de regra, pouco permite uma maior aproximação entre a criança e a natureza. Estes temas se tornaram questões deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Logo, concordamos que a educação ambiental pode contribuir com o desenvolvimento infantil, sendo que a escola e seus profissionais têm o dever de propiciar momentos de encontros e de maior conexão com a natureza, favorecendo assim o despertar para uma consciência ecológica, tão importante atualmente (MENDONÇA, 2017).

Destacando que a conscientização para um melhor convívio com o meio ambiente, não se trata de uma transformação pontual e sim de cunho mundial. Estamos vivendo um período de mudanças que afetam nossas vidas em relação a saúde, educação, economia, trabalho, meio ambiente, relações sociais, tecnologia e política, e que inferem em inúmeros desafios:

O conjunto desses desafios vem promovendo sérias ameaças à sobrevivência da raça humana e às diferentes formas de manifestação da vida neste planeta o que tem requerido a restauração do diálogo crítico e criativo entre o homem e o mundo da natureza, entre ciência e sociedade (MORAES, 1997, p. 30).

Nesse contexto, conforme Tiriba (2014), a escola tem papel importante no

desenvolvimento de uma consciência ambiental. É, portanto, um espaço privilegiado para práticas educativas que favoreçam a integridade de cada ser, que alimentem relações fraternas entre os membros da espécie e que preservem a biodiversidade, a qualidade de vida pessoal, social e ambiental. Isso inclui a educação das crianças, nos ambientes escolares, na cidade, em todo ambiente, “no país, na Terra”, em ambientes ricos nas relações de amor “à vida e à natureza.” (TIRIBA, 2014, p. 136).

Com isso, vem a importância da valorização do estar ao ar livre, brincar, explorar, pesquisar, assim como as condições concretas para desfrutar de ambientes ao ar livre. Desejos esses, valorizados pelas crianças. Nesse sentido, as escolas devem propiciar condições favoráveis para uma educação ambiental rica em experiências vividas junto à natureza. Tiriba (2014) coloca que há uma relação estreita entre sentir-se parte do mundo natural e protegê-lo, tendo em vista que o distanciamento é gerador de desconexão e desequilíbrio” (pp. 118-119). autora reforça a necessidade de que essas ações sejam “obrigatórias” nos planejamentos pedagógicos e nos espaços escolares. Uma educação que tenha como premissa mais atividades ao ar livre, em contato com a natureza, de modo que a infância seja “desemparedada”.

Contudo, a autora salienta que no Brasil, as crianças passam uma boa parte de sua infância em escolas, as quais, em sua grande maioria, não possuem condições físicas e de entorno para permitir um maior contato e uma maior integração entre a criança e a natureza, fato este que, entre outras razões, pode se refletir em um baixo estímulo ao aprendizado. Entretanto, possibilitar às crianças atividades abundantes de experiências em áreas externas e com um maior contato com a natureza, oferece sentimentos de liberdade e de alegria, para os educandos, e por consequência, maiores estímulos ao aprendizado, de modo geral.

Nos NEIM, em que trabalhei, pude observar a alegria espontânea das crianças quando estão brincando no parque e espaços abertos das creches. Aparentemente, quando as crianças estão brincando, nesses espaços que possuem elementos naturais (areia, grama, madeira, plantas, árvores, etc.), as relações se ampliam, e há maior integração umas com as outras. Deste modo, a criatividade se expande e transforma, favorecendo novas brincadeiras e potencializando os aprendizados. São esses, momentos em que se observa o potencial da natureza na vida das crianças.

Sempre trabalhei em NEIM centrais da cidade e atendendo crianças de várias situações sociais, principalmente, as mais carentes. Muitas dessas crianças moram em residências precárias ou quitinetes minúsculas. Isto me instigou a refletir sobre a necessidade

de proporcionar, a todas as crianças, espaços favoráveis para que possam correr, brincar e desenvolver todo seu potencial, e se desenvolver em plenitude. Não precisa muito para observar como as crianças gostam de brincar junto à natureza, como se tornam mais alegres e se movimentam livremente, experimentando as oportunidades que surgem em ambientes amplos, como: parques, jardins e praias. São essas experiências, que também me motivaram a querer pesquisar o tema do desemparedamento da infância, e qual seria o papel da escola e dos profissionais da educação neste sentido.

Deste modo, considerando as muitas horas que as crianças passam entre paredes no ambiente escolar, e que as estruturas físicas das escolas e das áreas em torno, em muitos casos, não permitem um maior contato e integração das crianças com a natureza, como a literatura sobre educação ambiental pode auxiliar os profissionais da educação na reflexão e proposição de caminhos alternativos ao problema do emparedamento?

A partir de revisão bibliográfica e da realização de três entrevistas semidirigidas com professoras da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Florianópolis:

Objetivo Geral

Analisar como uma maior integração entre as crianças e a natureza pode ser benéfica ao aprendizado da Educação Ambiental e ao desenvolvimento infantil, de modo geral, refletindo sobre o papel da escola e dos profissionais da educação, neste prospecto.

Objetivos Específicos

- a) Realizar uma revisão bibliográfica sobre como um maior contato entre a criança e a natureza pode possibilitar um melhor aprendizado, contribuindo para a educação ambiental e infantil.
- b) Analisar o conceito de Educação Ambiental, a partir de uma revisão da literatura, e da pesquisa em leis, normas e políticas educacionais, em diferentes escalas territoriais.
- c) Pesquisar sobre o papel da escola e dos profissionais da educação, no sentido da criação de possibilidades para um maior contato entre as crianças e a natureza.

Diante do exposto, nossa hipótese de pesquisa é que, um maior contato das crianças com espaços de natureza, em espaços internos da escola ou, preferencialmente, em seu entorno, ou ainda, em saídas de estudos à lugares onde ela é preservada, possam estimular de diferentes maneiras a educação ambiental, e o aprendizado infantil de modo geral.

Metodologia

A Iniciativa em fazer uma pesquisa sobre Educação Ambiental na Educação Infantil foi motivada pelas observações feitas no cotidiano educacional da Educação Infantil, como auxiliar de sala do Município de Florianópolis. Nessas observações, pude perceber que havia uma certa superficialidade em relação ao meio ambiente, e isso se refletia na educação das crianças. Dessa forma, surgiu a iniciativa de pesquisar, a criança e a Educação Ambiental.

A pesquisa iniciou-se com a busca de literatura com foco em questões ambientais, natureza e criança. Contudo o tema é abrangente, conforme ia sendo feita a pesquisa, via-se a necessidade de delimitar o campo a ser pesquisado.

Dessa forma, a partir da leitura do livro, *Direito ao Ambiente Como Direito à vida*, escrito por vários autores, entre eles Léa Tiriba, compreendi realmente a necessidade da importância de haver mais contato com a natureza na vida das crianças.

Esta pesquisa, conforme Gil (1997), é exploratória, bibliográfica e documental, com a realização de entrevistas semidirigidas. Segundo o autor, “(...) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 27). Já em relação aos estudos exploratórios, Gil (2002), coloca que boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. Ainda, que as pesquisas que se propõem “(...) à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (Idem).

Nesse sentido, fez-se uma revisão bibliográfica exploratória, com base em autores, como: Barros (2018), Callai (2005), Crepaldi e Bonotto (2018), Jacobi (2003), Oliveira e Velasques (2020), Tiriba, (2010, 2014), Profice (2010), Tuan, (1983) e Verderio (2021), seguida a uma pesquisa documental, com documentos de referência na temática da Educação Ambiental e da Educação Infantil.

Ainda, como coleta de dados, foram feitas entrevistas semidirigidas com três docentes de duas unidades de Educação Infantil, do município de Florianópolis, das unidades educativas: NEIM Campeche, e no NEIM Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, na Agrônômica. Foram desenvolvidas oito perguntas, com a intencionalidade de conhecer noções sobre a natureza na entre os entrevistados, e as ações das unidades educativas e, bem como, dos profissionais em relação às possibilidades e limites para trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil, considerando o cotidiano de suas práticas pedagógicas. Após as entrevistas, foi feita uma análise comparativa entre as respostas, sob a lente teórica levantada na revisão bibliográfica.

Foram feitas as seguintes questões aos entrevistados:

1. Como você entende o tema natureza na educação infantil?
2. Costumam fazer saídas com as crianças do NEIM? Se sim, com qual frequência?
3. Como você trabalha a conscientização ambiental com as crianças?
4. Você acha importante o contato das crianças com a natureza?
5. A unidade educativa possui espaços e momentos para uma maior aproximação com a natureza?
6. Na sua infância, como foi o seu contato, relação com os espaços naturais?
7. Em média, quanto tempo as crianças da sua turma ficam em ambientes fechados, durante o dia?
8. Você tem conhecimento do PPP em relação ao contato com a natureza? E qual é a importância que é dada a essa questão?

É importante destacar que estamos cientes das limitações da pesquisa. Sabemos que, para termos uma melhor noção da forma como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, considerando a perspectiva de um maior contato entre a criança e a natureza, seria necessário fazermos mais entrevistas, também em outras unidades educativas. Temos ciência dessa limitação. Contudo, considerando o tempo hábil que dispusemos, cremos que não temos em mãos um material suficiente, que seja capaz de apontar indícios de que as barreiras para uma Educação Ambiental mais ativa e integrativa, ainda são muitas em nossa cidade.

1. Direito à infância: por uma infância vivida em plenitude

Léa Tiriba (2014), retrata bem a situação do gosto pelo parquinho e a importância da interação da criança com a natureza. Ela explica que essa paixão que as crianças demonstram em manter contato com a natureza é a herança da nossa condição humana, assim como de outros seres do planeta, visto que, somos frutos da natureza. Somos também natureza.

O adulto tem papel primordial na formação da criança, e no caso, a educação infantil, deve ter como objetivo proporcionar vivências no cotidiano, que encantem a criança na sua formação social e individual, bem como, em sua relação com o entorno vivenciado. É função dos/as professores/as propiciar momentos de conhecimento e integração com os elementos da natureza que estão presentes nas escolas, como a água, a terra, o barro, o vento, os espaços verdes e ao ar livre, os quais são quase sempre boas oportunidades pedagógicas.

As crianças ainda não estão “presas” ao contexto social que nos separa da natureza, assim como a maioria dos adultos. Essa desconexão ocorre porque somos separados e postos como superiores à natureza. Nesta concepção, Léa Tiriba cita:

Somos seres biofílicos, isto é, oriundos e associados a uma grande rede que inclui o que compõe a vida em seu conjunto, elementos bióticos e abióticos. Assim, todo esforço civilizacional, no sentido de nos colocarmos distanciados, separados e superiores à natureza, é desconsiderado pelas crianças (TIRIBA, 2014, pp. 115-116).

Segundo Tiriba (2014), como seres humanos, fazemos parte do reino animal e estamos inseridos no contexto da natureza. Por isso, conscientes ou não desta necessidade, sempre buscamos estar juntos à natureza. Com as crianças, esta busca pela natureza ocorre instintivamente, entretanto elas têm esse acesso negado, impedido na maioria das vezes.

Atualmente, as crianças estão na maior parte dos momentos em casa, em condomínios fechados, apartamentos, ou dentro da sala de aula, e isso acaba deixando-as mais agitadas e desconectadas com elas e com a natureza, conforme os estudos da autora. O fato é que, mesmo com a presença de espaços públicos e áreas verdes, próximas ou mais distantes da escola, temos a impressão de que o contato das crianças com estes espaços não é incentivado na devida proporção, pelos corpos docentes escolares.

Por outro lado, percebe-se que em Florianópolis, não é incomum que os NEIM estejam inseridos em espaços onde as práticas escolares externas ficam dificultadas pela falta de acesso e condução em segurança até os espaços públicos da cidade. Ou seja, ainda que Florianópolis seja uma cidade rica em áreas de natureza preservada, há impedimentos que

decorrem da inserção das creches em áreas urbanas as quais, por vezes, não possibilitam condições seguras para a condução de crianças pequenas até os espaços públicos, como parques, praças, praias, etc. Isso aparentemente ocorre com frequência no cotidiano escolar, sendo essas “saídas à campo” para experienciar a natureza, um tanto quanto raras ou pontuais, pelo menos na maior parte das unidades educativas em que trabalhei ao longo de dez anos como auxiliar de sala.

Sabe-se que a criança por si só é curiosa e interessada, portanto, é primordial proporcionar oportunidades para que esse interesse e curiosidade seja aproveitado para intensificar o gosto por estar em ambientes naturais. Segundo Tiriba (2014), o adulto e a Educação Infantil, por terem papel primordial na formação da criança, devem proporcionar vivências no cotidiano, que encantem a criança em relação ao entorno, para alimentar o desejo da criança de se sentir pertencente ao meio em que vive, e ao mundo do qual faz parte.

A escola é o único espaço social que é frequentado diariamente, e durante um número significativo de horas, por adultos e crianças. É, portanto, um espaço privilegiado para práticas educativas que favoreçam a integridade de cada ser, que alimentam relações fraternas entre os membros da espécie e que preservem a biodiversidade, a qualidade de vida pessoal, social e ambiental, em cada escola, em cada grupo de crianças, na cidade, no país, na Terra (TIRIBA, 2014, p. 136).

Contudo, o sistema social e cultural vivenciado se reflete fortemente no sistema escolar e reproduz a “lógica do aprisionamento”, em que as crianças ficam muito tempo “emparedadas”. Isso limita a sua formação integral, e as torna sujeitas a uma formação de indiferença social, pessoal e ecológica.

Segundo Léa Tiriba (2014), a criança quando cresce ao ar livre tem maior contato com os significados da natureza e seus valores. Isso porque o contato só pode ocorrer por meio direto da experiência de cada um. Portanto, como desenvolver na escola uma educação que favoreça a conscientização ambiental e os cuidados necessários com a natureza? Nesse sentido, a busca por uma maior integração com a natureza, de forma sensível, que se faz, por exemplo, por meio dos dons artísticos, através das sensações e das próprias relações afetivas, é um dos caminhos que favorece esse reencontro com a natureza.

Na Geografia, o conceito de lugar nos auxilia a compreender que essas relações afetivas se dão também em relação aos espaços, quando nos sentimos pertencentes a uma dada porção deste espaço. Segundo o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983), “lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203). Nesta

concepção humanística, o lugar é uma porção do espaço onde se desenvolvem afetos a partir de experiências individuais ou de grupos sociais.

O lugar, assim, é percebido por Tuan como uma área que foi apropriada afetivamente, o que transforma um espaço indiferente em lugar. A dimensão do tempo também é importante para o autor, em relação às diferentes fases da vida. Conforme aponta, “a sensação de tempo afeta a sensação de lugar. Na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual, sua experiência de lugar” (Idem, p. 206).

Deste modo, o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar, à medida que o vivenciamos e o concebemos valor. Portanto, só é possível um espaço tornar-se um lugar após um certo período de tempo, e conforme as experiências nele vivenciadas. Neste sentido, acreditamos que as experiências vividas em espaços ao ar livre, em contato com a natureza, por sua variedade de tons, cheiros, sons e sabores, possam gerar muito mais estímulos à percepção e à criatividade, favorecendo o ensino sobre a necessidade dos cuidados com o meio ambiente, e bem como, o desenvolvimento cognitivo, e aprendizados, de modo geral.

Com base no conceito de biofilia, que é o estudo da psicologia ambiental, autoras de referência no assunto como Christiana Profice (2010) e Léa Tiriba (2014), buscam valorizar a proximidade cotidiana da natureza como condição para uma relação estreita entre sentir-se parte do mundo natural e protegê-lo. Isto porque esta condição inata, esta atração humana pelos universos biótico e abiótico dependem de fatores culturais para se manter, isto é, dependem de estilos de vida, que as alimentem, que as afirmem. A ausência dessa proximidade geraria prejuízos, não apenas pessoais, cognitivos, e sociológicos, mas também ambientais.

Somos sujeitos sociais, logo, as crianças e os professores trazem consigo as suas experiências vivenciadas junto à natureza. Essa conexão, que temos com a natureza e que a humanidade às vezes se esquece, se reflete quando sentimos bem ao tomar um banho de mar, ao observar uma paisagem natural, nas convivências de momentos em ambientes rurais e nos espaços livres. Esta “boa energia”, nada mais é, do que o reflexo da sintonia com a natureza (TIRIBA,2014).

Conforme Espinosa (1983), a ação educativa da criança tem que ser pautada na alegria, somente na alegria, visto que, a ação realizada e motivada pela alegria é sincera, ao contrário da ação imposta, que impede o engrandecimento.

A necessidade do ser humano de estar sempre à procura do contexto natural estaria atrelada ao fato de fazermos parte deste meio e do reino animal. Porém, o afastamento dos

ambientes naturais, conforme Tiriba (2014, p.118), leva a que as crianças fiquem “mais agitadas e desconectadas com elas e com o mundo natural”. A autora explica que a proteção do mundo natural depende de fatores culturais que favoreçam essa maior aproximação, pois o afastamento gera consequências negativas, como vimos, pessoais, sociais e ambientais.

Cabe, no entanto, ressaltar que devido às questões rotineiras da educação infantil as atividades ao ar livre e em espaços abertos ficam restritas a horários fixos e a demanda para o uso do parque escolar. Muitas vezes, em minha experiência, bastava estar nublado para não se poder ir brincar no parque. Em relação aos bebês, a situação fica ainda mais séria, pois seus momentos ao ar livre são bastante restritos aos chamados solários (considerando as creches que possuem este espaço, que não são todas). Considere-se ainda que esses ambientes, geralmente, não são constituídos por elementos naturais e sim, revestidos por cimento e brita.

Uma das funções da Educação Infantil é proporcionar interações sociais e com a natureza, para as crianças. Cabe aos profissionais da educação, professores e professoras, principalmente, refletir e propor ações pedagógicas que permitam e incentivem este contato. Como Tiriba (2014) alerta, sobre o papel dos/as professores/as: “(...) estas(es) profissionais conceberiam o acesso a estas realidades: através do discurso pedagógico, das gravuras, das histórias, das práticas que falam da realidade, mas dela não se aproxima?” (p. 123). Diante dessa reflexão, podemos destacar o valor que há quando existe o contato real com a natureza: a criança só poderá amar aquilo que toca, sente e conhece.

Contudo, os limites e barreiras são grandes a serem superados, quando não há estrutura suficientemente adequada para possibilitar tal encontro, entre as crianças e a natureza, de modo seguro. Assim, deve-se levar em conta o contexto educacional, além de que cada proposta educativa, ou conteúdos curriculares, pode apresentar alguma dificuldade na hora de serem oferecidos experiências e vivências concretas. Deste modo, cabe ao corpo docente escolar procurar oferecer situações para proporcionar o acesso ao conhecimento, da maneira mais palpável possível.

Pelo sistema antropocêntrico a humanidade procurou estudar a natureza pela razão, pelo concreto. Entretanto, a realidade é complexa, é sutil, pois transmutam nas relações afetivas e simbólicas, que se revertem em conhecimentos, no sentir-conhecer. Isso amplia o rol de possibilidades, dentre as perspectivas epistemológicas relativas à educação.

Assim, em vez da onipotência do paradigma moderno, que pretendeu esgotar o conhecimento da realidade, outras perspectivas epistemológicas colocam-se frente a ela de maneira mais humilde, mais sensível, mais cuidadosa, num

quadro em que se vislumbra a possibilidade de destruição maciça, através da guerra ou do desastre ecológico (TIRIBA, 2014, p. 129).

Como sujeitos sociais, tanto as crianças quanto os professores trazem consigo as suas vivências adquiridas no decorrer do tempo. A desunião entre os seres humanos e a natureza ao longo do tempo se reflete na educação, quanto mais esta se enquadra em um contexto de produtivismo, na sociedade capitalista.

Assim, cabe aqui ressaltar a importância da superação da indiferença com a natureza que foi constituída com a educação tradicional. Pois o conhecimento também se constrói nas relações simbólicas, em que tudo se conecta e se integra em uma experiência subjetiva.

Essa nova perspectiva epistemológica não supre as "falhas", nem supera a razão no processo de apreensão da realidade, não exige a busca de um conhecimento verdadeiro, mas assegura a captação de aspectos que estão presentes e são verdadeiros, embora não possam ser provados nem explicados. Rendendo-se aos mistérios, isto é, ao que não pode ser decifrado pela razão, quer apenas a ampliação dos horizontes do conhecimento para muito além dos limites impostos pelo caminho racional (TIRIBA, 2014, p130).

Conforme a autora, a racionalidade da ciência se perde diante de aspectos sutis nos estudos científicos e que a razão não consegue explicar. Nas relações entre objeto e corpo, seres humanos e outras espécies animais, mundo vegetal, mineral, criam-se interações que geram energias, que podem ser positivas ou negativas, conforme os objetivos desejados. Estas trocas energéticas ainda são um mistério. Com isso cabe desmistificar a lógica e a racionalidade, e ver a importância dessas interações e a troca energética entre os seres humanos e o mundo natural, o que cremos que as crianças, instintivamente, sabem. Esta nova realidade cria uma nova perspectiva epistemológica (teoria do conhecimento).

Essa reflexão nos leva a pensar na importância da "sintonia", que é dada nas relações afetivas, interacionais entre professores/as e crianças, bem como, os espaços que os cercam e as atividades propostas.

Assim, o que podemos inferir é que os desequilíbrios ambientais – gerados pelo sistema capitalista, urbano, industrial, patriarcal e evidenciados num plano macropolítico – correspondem, no plano micropolítico, ao sofrimento produzido pela lógica do aprisionamento. Alienado da realidade natural e da realidade corporal-espiritual, o modo de funcionamento escolar atual contribui para o aprofundamento de uma lógica que produz desequilíbrios no plano das três ecologias: pessoal, social e ambiental (TIRIBA, 2014, p. 135).

O longo tempo em que as crianças passam nas creches é um fator relevante, pois muitas crianças chegam bem cedo e vão para casa no final da tarde. Esta situação acontece de forma geral. Tiriba (2014), frisa as unidades educativas como sendo espaços privilegiados, para proporcionar mais qualidade de vida para as crianças e os adultos. Contudo, o que se vê ainda é muita restrição aos espaços abertos. Promover mais tempo ao ar livre é importante para a valorização de práticas educativas que favoreçam relações de respeito e integridade entre as pessoas que se relacionam nesses ambientes em que passam longas horas juntas.

Em realidade, as formas de organização do espaço e o modo de funcionamento de creches e pré-escolas expressam uma situação de emparedamento e desrespeito aos desejos do corpo. Isso acontece porque o divórcio entre corpo e mente é paradigmático: atravessa toda a sociedade e, conseqüentemente, as instituições educacionais em todos os seus segmentos (TIRIBA, 2014, p. 125).

Tiriba (2010), alerta para que as subjetividades “(...) não sejam antropocêntricas, individualistas, competitivas e consumistas; que não sejam autocentradas e focadas na posse de objetos” (p. 4). O consumismo ainda é muito forte, e o consumo irresponsável, ou seja, há individualismo nas relações e valorização excessiva do materialismo, onde o ter prevalece em detrimento ao ser. Segundo a autora, tirar o foco de uma sociedade materialista para um mundo mais solidário, fraterno e sensível ao seu entorno e as outras espécies, deve ser o objetivo da educação contemporânea. As crianças estão submetidas à propaganda controlada, pela mídia, o que incentiva o consumo.

Dessa forma, importa valorizar um aprendizado que proporcione a formação de subjetividades mais sensíveis ao mundo em que vivemos. Tiriba (2010), ressalta a importância de pensar uma nova pedagogia, que leve em consideração a vontade da criança, o movimento e a liberdade de expressão corporal, proporcionando situações que levam à aprendizagem. Para a autora “(...) as crianças só se constituirão integralmente se forem sujeitas de seus corpos e de seus movimentos nos espaços onde vivem e convivem” (Idem, p.5).

Para Barros (2018), as brincadeiras são essenciais ao desenvolvimento do ser humano. E brincar na natureza potencializa este processo, pois, as crianças se “sintonizam” ao meio. Oportunizar às crianças momentos livres junto à natureza, com os colegas proporciona oportunidades de valorização ambiental, pois permite maior sociabilização. O que diminui o antagonismo entre a natureza e a cultura, sendo esse um grande desafio.

Reconhecemos o brincar livre como intrínseco à infância, como linguagem essencial por meio da qual a criança descobre e apreende o mundo. Na natureza, a criança

brinca através da inteligência de seu corpo e está potente. Ao mesmo tempo, a natureza é ninho e refúgio para momentos de solidão e introspecção. (BARROS, 2018, p. 12).

Contudo, “o distanciamento atual entre as crianças e a natureza emerge como uma importante crise do nosso tempo” (BARROS, 2018, p. 16), principalmente em um contexto urbano. Isso coloca uma situação que se reflete na qualidade de vida da população. O distanciamento entre as crianças e a natureza, como situação que acarreta déficit em seu desenvolvimento físico e emocional, como exemplo: falta de equilíbrio, agilidade, obesidade, desequilíbrio emocional, problemas de visão. E outras consequências negativas. A indiferença e o desrespeito pelo mundo natural também é consequência do distanciamento da natureza que gera adultos insensíveis e desinteressados pelo seu entorno, pelo mundo em que vivem (BARROS, 2018).

Segundo Barros (2018), as brincadeiras geradas em ambientes externos propiciam bem-estar nos pequenos e conseqüentemente mais aprendizados. Os movimentos como: corridas, pulos, jogos, dança, aprimoram a coordenação motora. O papel do adulto é ajudar a criança no processo de apropriação do conhecimento. Portanto, valorizar a vontade da criança, o seu protagonismo, deixar o querer fazer, o que dá alegria e que, assim juntos, adultos e crianças vivam as sutilezas de um aprendizado vivo e rico de experiências.

Além de pensar nos espaços para as crianças, deve-se rever as propostas oferecidas a elas. Por conseguinte, propor conteúdos, em que dê opções de escolhas, opiniões para as crianças decidirem.

Essa postura exige acreditar que a criança sabe o que é bom para si e que também é competente e tem suficiente intimidade consigo mesma para ser protagonista do seu próprio processo de aprendizagem. E, claro, é necessário que o adulto tenha uma concepção de conhecimento e de aprendizagem que supõe um encontro de aprendizes, educador e criança juntos, na grande aventura de viver. E o que elas dizem? (BARROS, 2018, p. 41).

Emancipar a criança em sua autonomia é pertinente à educação infantil. O processo de proporcionar a independência da criança se faz, principalmente, nas questões da higiene e alimentação.

Mas, quando se fala em vontade, de escolhas pessoais, aí entra em primeiro lugar o querer do adulto. Entra em jogo o planejamento das atividades, as rotinas da instituição e os limites da organização do grupo. Lidar com o contexto diário também é um aprendizado para todos, adultos e crianças. Contudo, considerar o poder de decisão das

crianças é valorizar o sujeito em seu direito, o que por si só já é um aprendizado, para a formação de um adulto que vai saber decidir o que é bom para ele, para o outro, e para o mundo. Assim sendo, Barros (2018) incentiva proporcionar tempo, ensejos, materiais e brinquedos para que os pequenos ampliem seus repertórios nas brincadeiras e experiências nos seus momentos livres.

Para Barros (2018) “(...) espaços livres e abertos para o brincar, ajudam na promoção da saúde, física e mental e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, motores e emocionais” (pp. 18-19). E o contrário, muito tempo em recintos fechados deixam as crianças nervosas, doentes, infelizes, com dificuldades no aprendizado, e outras situações negativas. Isto foi observado através de pesquisas científicas realizadas no Brasil e no exterior. Então, conclui-se nesses estudos, que uma das evidências desses problemas é o distanciamento entre as crianças e a natureza. Com isso a autora valoriza a ideia de desemparedar a infância. Criar momentos para tirarem as crianças da sala de referência, não só para ir ao parque, mas para outras atividades também, sem esquecer-se das finalidades pedagógicas de cada saída.

A autora ainda questiona a necessidade de chamar atenção para os vários espaços educacionais, que habitualmente são negligenciados, por valorizar a sala de referência como principal ambiente de formação educacional. Esta forma de conduzir o processo de ensino-aprendizagem, é reflexo de uma concepção tradicional da educação; uma educação que valoriza a sala de aula como espaço principal de aquisição do conhecimento (BARROS, 2018, p. 29).

Atentos a isso, um número significativo de especialistas, educadores e pais no mundo todo, assim como no Brasil, vêm se dedicando a entender o que está adoecendo e tornando as crianças nervosas, agitadas, infelizes e com dificuldades de aprendizagem e convivência na escola. Como estamos buscando demonstrar, um conjunto consistente de evidências científicas, em sua maior parte geradas fora do Brasil, sugere que um dos fatores seja o distanciamento entre as crianças e a natureza (BARROS, 2018, p. 18).

Conforme a autora cita, os ambientes ricos em natureza, com as atividades propostas fora de sala de aula, em espaços naturais, em parques, espaços arejados para brincar; promovem mais saúde física e mental para as crianças, favorecendo o aprendizado, a coordenação motora e as relações sociais (Idem, p. 19).

A partir da descoberta da importância do convívio com a natureza, devido aos seus benefícios relatados por estudiosos, principalmente na área educacional, mais pesquisas foram realizadas sobre a natureza e suas influências. As autoras Oliveira e Velasques (2020), em

seus estudos sobre a privação de contato com a natureza, com perspectiva na neurociência, destacam os malefícios à saúde física, cognitiva e emocional, como é o caso do Transtorno de Déficit de Natureza (TDN).

A vida junto à natureza gera benefícios ao ser humano, mas, a ausência de vivências junto à natureza, produz o efeito contrário, pois, causa muitos malefícios à saúde em geral, conforme pesquisas realizadas, principalmente para as crianças em seu desenvolvimento. As pesquisas apontam que vem aumentando o distanciamento dos indivíduos em ambientes naturais, e isso tem levado ao surgimento de aspectos negativos nas dimensões ambientais, psicológicas e sociais.

Estudos, pesquisas demonstram o valor “restaurador” que o contato com a natureza pode proporcionar no combate ao TDN, termo criado, em 2005, por Richard Louv, cofundador do *Children & Nature*, site de Biblioteca de pesquisa, com foco na criança e natureza; <https://www.chidrenandnature.org> E a importância dos estudos em relação aos efeitos neurobiológicos que o contato da criança com a natureza pode proporcionar.

Com o avanço nas áreas de neurociências, através de técnicas com a neuroimagem e testes neuropsicológicos, pode-se observar as alterações anatômicas e funcionais do cérebro. Esses avanços tecnológicos possibilitaram melhor entendimento de áreas relacionadas às funções cognitivas como atenção, percepção, memória, pensamento, aprendizagem, raciocínio; às funções executivas – tomada de decisão, controle inibitório, flexibilidade cognitiva; e às funções conativas – motivação, emoção, temperamento, personalidade; processos mentais considerados a tríade neurofuncional da aprendizagem. Ressalta-se que as conexões neurais corticais responsáveis, por exemplo, pelo processamento de estímulos sensoriais, por isso a importância de atividades adequadas que possam proporcionar esses estímulos através de ofertas de contato com sons, imagens, texturas, sensações térmicas, aromas e sabores (elementos ricos nos ambientes naturais), permitindo que informações novas ou já existentes e consolidadas no sistema nervoso, sejam identificadas, codificadas e conduzidas às áreas corticais (...) (OLIVEIRA e VELASQUES, 2020, p.3).

Perante o exposto, pesquisadores reforçam a necessidade de oferecer ambientes enriquecedores para que as crianças tenham oportunidades para um desenvolvimento pleno. Alertam para o valor da criança se movimentar e explorar os espaços, pois, essas atividades favorecem a cognição, o desenvolvimento físico e motor e a afetividade nas relações.

Assim sendo as autoras reforçam a importância que as “(...) brincadeiras realizadas em parques e praças, onde as crianças interagem com adultos e outras crianças de diferentes idades(...)”, auxiliam no desenvolvimento infantil (OLIVEIRA e VELASQUES, 2020, p. 3). Léa Tiriba (2014) compartilha dessa ideia, quando cita a “paixão pela natureza” das crianças; se perguntadas – do que elas mais gostam nas escolas, “dirão que é do parquinho, de brincar

lá fora”. E justifica que este gosto vem por sermos “seres da natureza”, reforçando a importância de uma vida mais natural no desenvolvimento da criança.

Nesse contexto vale considerar o relato feito por Oliveira e Velasques (2020), sobre pesquisadores da Universidade de Bristol, que descobriram as propriedades da bactéria *Mycobacterium Vaccae* que, quando injetada no cérebro de ratos, provoca o crescimento de células produtora de serotonina, um conhecido hormônio que age na regulação do ritmo cardíaco, do sono, do apetite, do humor, da memória e da temperatura do corpo. Considerando que esta bactéria é encontrada na terra, logo, quanto maior contato com a terra, maiores são as chances de interação com essa bactéria que, devido ao seu efeito neurotransmissor, melhora a capacidade de aprendizagem, além de diminuir os sintomas da ansiedade. Após o resultado dessa pesquisa, as crianças passaram a ser mais incentivadas a brincar mais na terra, com argila e barro, pois são elementos naturais que carregam microrganismos, que fortalecem o sistema imunológico e, também contribuem na prevenção de alergias e doenças.

2. O conceito de Educação Ambiental

Com a urgência de rever as questões ambientais, desde a segunda metade do século XX, foram feitas reuniões, no âmbito mundial, para tentar reverter a degradação pela qual a Terra se expunha perante o sistema capitalista. Jacobi (2003, p. 194), cita como exemplo a Conferência de Estocolmo, em 1972, que teve como foco a crítica ambientalista ao modo de vida contemporânea e como base na “existência da sustentabilidade social, econômica e ecológica”, na busca de uma “sociedade mais comprometida com a preservação ambiental”. O autor reforça que a partir de 1987, com o Relatório Brundtlandt, houve a difusão da ideia de um “desenvolvimento sustentável” na busca de uma sintonia entre economia, tecnologia, sociedade, e a busca de uma postura política e ética, com base na preservação ambiental. Encontros, ações e conferências que culminam na Rio 92.

Caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos. Na Rio 92, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida (JACOBI, 2003, p.194).

Neste sentido, ainda segundo o autor, a Educação Ambiental tem como objetivo a busca de um conhecimento que leve à reflexão sobre as práticas existentes, a compreensão da complexidade ambiental e questões que valorizem a preservação da natureza. Deste modo, ela é pautada na ideia do desenvolvimento de um compromisso com a sustentabilidade através de um processo educativo em que abrange várias áreas do saber, e que articule natureza, técnica e cultura (JACOBI, 2003). Como estamos buscando apontar, a Educação Ambiental tem suas finalidades pedagógicas atingidas com muito mais eficácia, quando as crianças são estimuladas pelo contato com o meio ambiente.

Nas palavras de Tiriba (2014), o tempo, tão desejado pelas crianças, de estar ao ar livre, brincar, explorar, pesquisar fica prejudicado na educação rotineira, do cotidiano escolar. Conforme aponta, essas atividades deveriam ser “componentes obrigatórios,” nas rotinas, nos espaços escolares, nos planejamentos escolares. Assim sendo, “cabe à escola, em seu contexto social, desenvolver nas crianças o interesse pela natureza e assim serem mais responsáveis por ela” (TIRIBA, 2014, p. 119). Conforme problematiza:

Desafio as (os) educadoras (es) a registrarem a sequência de atividades e o tempo em que as crianças permanecem em cada espaço, desde o momento em que chegam às escolas até o de retornarem à casa. Muito provavelmente verificarão que são conduzidas de um espaço fechado a outro, que a chegada aos espaços externos é demorada e pode mesmo não acontecer (TIRIBA, 2014, p. 120)

A partir dessa ideia, Mendonça (2017), ressalta a necessidade de proporcionar atividades pedagógicas em áreas naturais. De acordo com a autora, essa necessidade se coloca diante da contradição entre as aulas mais técnicas ou científicas, e as visitas com foco nas vivências sensíveis, com exploração dos sentidos. As visitas em áreas naturais, habitualmente, proporcionam o estímulo da sensibilidade, pois acolhe o visitante (a criança, o aluno) em suas percepções e sentimentos. O planejamento pode ser feito de forma que o conhecimento técnico possa complementar conhecimento sensível. O importante é que haja encantamento, “seja pela natureza em si, seja pelo conhecimento sobre ela que o educador compartilha com seu grupo” (MENDONÇA, 2017, p. 15).

Mendonça (2017), cita que na aprendizagem é mais comum valorizar o conhecimento, no lugar da experiência. Contudo, em relação às vivências com a natureza, ela questiona esta posição, valorizando a experiência, que, segundo aponta, é tão importante quanto o conhecimento. Esta importância se reflete em que não se pode ver a natureza pela

racionalidade humana. É necessário não ter pressa. A natureza deve ser observada nas sutilezas, nas pequenas transformações no tempo de cada evento. É aí onde mora o encantamento, que leva ao despertar do interesse pelo respeito ao meio ambiente.

A experiência no aprendizado, diz Mendonça (2017, p. 26), potencializa a inteligência e “é fundamental para embasar o conhecimento,” e traz a “percepção do agora” - “único tempo em que o vivo pode ser realmente sentido/percebido.” Para a autora, é relevante que o “aprendizado pela experiência valorize o aprendizado pré-existente”, sendo, deste modo, um processo biologicamente evolutivo. Ela considera que para isso é primordial que esse processo educativo ocorra fora da sala de aula, em um processo de “evolução da vida”. Essas atividades acontecem com as crianças, mas envolve a todos, professores(as), pais e educadores(as), em momentos de vivências ricos em aprendizados e em relações sociais como seres integrais.

Nós humanos, somos capazes de criar conscientemente mundos muito diferentes dos ambientes a partir dos quais emergimos, mas ainda assim nossa inteligência segue sendo um fenômeno biológico. Nunca deixamos de interagir com todos os seres vivos, como acontece com todos os processos vivos desde o início da vida na Terra. Por isso, mais do que nunca é tão necessário aprender a ouvir a natureza para seguir criando mundos integrados à evolução dos processos vivos. Podemos optar pela vida ao escolher os caminhos do desenvolvimento social, se quisermos (MENDONÇA, 2017, p. 26).

Para que os momentos educativos fora da sala sejam proveitosos para os sujeitos envolvidos, o planejamento é muito útil. Uma situação importante citada pela autora, é uma conversa prévia com as crianças. Pois nas aulas externas requer um posicionamento diferente do professor(a) do que normalmente ele(a) teria em sala de aula. Em espaços abertos tem-se que ter outra atitude, esta “precisa ser substituída pela de aprendiz, corresponsável e orientador, pois nada na natureza não é passível de controle, pois ela é radicalmente espontânea e influencia o visitante instantaneamente” (MENDONÇA, 2017, p. 35).

Com o passar do tempo pode-se ampliar os conteúdos oferecidos às crianças nas vivências em espaços externos. Para a autora, as relações sociais entre os envolvidos também são favorecidas, ampliando situações de interesse coletivo. Deste modo, “as salas de aula estimulam o plano mental. O ambiente ao ar livre estimula o ser integral, com o corpo, sentidos, sentimentos em equilíbrio com o plano mental” (Idem, p. 37).

Sair da sala de aula pode ter um papel político-social muito maior do que se pode imaginar. Significa posicionar-se pela construção de uma sociedade que inclua as diferenças e oposições. E que, em todas as situações da vida,

mesmo as mais difíceis, sejam momentos privilegiados de aprendizagem (MENDONÇA, 2017, p. 39).

Um bom planejamento é importante para as vivências com a natureza, e para isso a autora recomenda o conhecimento prévio de três elementos: a) a si mesmo, com suas disposições e inspirações; b) a área natural e suas características próprias; c) o perfil do grupo. Com estes três requisitos, que vão favorecer a atividade, esta terá tudo para dar certo (Idem, p. 41).

A vida é experimentada em um espaço geográfico complexo, que constitui uma interessante possibilidade de ensino e aprendizado. Assim, a educação ambiental como componente curricular aplicada na educação se transforma tanto por forças políticas como por exigências da própria ciência (CALLAI, 2005). Portanto, incorporar o estudo dos aspectos geográficos na Educação Infantil oportuniza o desenvolvimento da consciência ambiental.

Por conseguinte, quanto mais cedo e melhor os aspectos geográficos forem ensinados, maiores são as condições das crianças lerem e interpretarem a realidade na qual estão inseridas. Portanto, ensinar educação ambiental requer consideração quanto ao espaço territorial no qual as crianças vivem e estudam.

Logo, o processo educativo na primeira infância é tão importante quanto fundamental para o amplo desenvolvimento psicossocial. Por isso é essencial promover, na Educação Infantil, o senso de pertencimento, de forma que as crianças sejam protagonistas de si e capazes de ler e interpretar o espaço que habitam. Desse modo, facilita-se o entendimento e a capacidade de olhar, observar, descrever, registrar e analisar os lugares e identificar as paisagens ao seu redor.

A partir dessas questões a importância de desenvolver o senso de pertencimento ao meio em que vive, e consequentemente o sentimento de preservação ambiental. Com isso a necessidade de proporcionar a educação ambiental em todas as fases de ensino. Conforme Verderio (2021), “(...) a EA, assim como a própria educação pode atuar como intermediária de ideias e de ações praticadas na sociedade, destacando conhecimentos e questões que podem contribuir para a prática social voltadas ao meio ambiente e aos problemas socioambientais” (VERDERIO, 2021, p. 133).

A EA surgiu diante “à preocupação de ecologistas em advertir as pessoas sobre os problemas envolvendo questões ambientais”. Contudo os estudos envolvendo as questões ambientais perduram por muitos anos. “Porém, ainda são muitas as mentes inconscientes e cada vez mais se faz necessária a inclusão da EA nas escolas” (Idem, p. 134).

Para Jacobi (2003), “(...) a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos” (p. 196). Com a valorização da atuação do aluno no processo educativo.

Nesse sentido, dando-se ênfase à Educação Infantil, segue as principais Leis que possibilitaram a implantação da EA nas escolas brasileiras:

- Lei n. 6.938/81- em que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A referida lei traz em seu artigo 3, inciso III, a atenção ao seguinte princípio: - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente “prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população”;
- Constituição Federal de 1988 - define no capítulo VI, que é dever do poder público: "Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, parag. 1- Inciso VI) (BRASIL, 1988);
- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) - em que foi criado o tratado, com responsabilidade Global, de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.
- Lei n. 9.394/96 referente às diretrizes e bases da educação nacional (LDB)

Embora esta Lei não trate de forma específica a EA, ela prevê que seja assegurado no processo de formação do cidadão o atendimento acerca do ambiente natural e social, e que os currículos do ensino fundamental e médio precisam incluir o conhecimento do mundo físico e natural (VERDEIRO, 2021, p.135 apud. OLIVEIRA, et al. 2017).

- Lei no 9.394/99, dispõe sobre a EA, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Art.4 São princípios básicos da educação ambiental:

- I- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

- II- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Art. .8 Parágrafo 2: A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I – a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino.

Com a importância da preservação ambiental em função da preservação da natureza e de toda vida no planeta, foram criadas várias leis para embasar a EA em todo contexto social. Essas leis são primordiais no desenvolvimento de atividades pertinentes a uma conscientização em relação a preservação ambiental. Neste capítulo foram valorizadas as questões legais referentes à EA na infância.

Neste capítulo, vimos que o conceito de Educação Ambiental foi construído historicamente, ganhando importância, à medida em que os problemas ambientais foram se agravando no mundo, sobretudo, entre as décadas de 1970-1990. Nesse sentido, ganha importância a criação de leis em função da preservação da natureza e de toda a vida no planeta. Essas leis são primordiais no desenvolvimento de atividades pertinentes a uma conscientização em relação a preservação ambiental, incluindo a EA nas escolas. Assim, vimos também que, no âmbito pedagógico, a EA funciona melhor na perspectiva da experiência.

Verderio (2021), a partir de diferentes autores, coloca que “(...) a EA pode ser definida por diferentes formas, mas o seu fundamento será sempre o mesmo, desenvolver na sociedade a capacidade de preservar e conservar o meio ambiente” (VERDERIO, 2010, p. 133). No próximo item, vamos abordar um pouco mais sobre a Educação Ambiental no âmbito da Educação Infantil.

2.1 Educação ambiental na Educação Infantil

A Educação Infantil, como porta de entrada da criança na educação formal, tem um papel fundamental no processo formativo do sujeito. Conforme definição, a Educação Infantil consiste na primeira etapa da educação básica e são espaços institucionais, tais como creches e pré-escolas. Ela é oferecida em estabelecimentos públicos ou privados, que são regulados e

supervisionados por órgão competente do sistema de ensino (DCNEI, MEC, 2010). Neste espaço institucional de educação, a criança adentra trazendo, mesmo em tenra idade, suas experiências e saberes que vai interagir com as experiências e saberes dos seus colegas e os adultos da instituição e a intervenção dos professores.

Considerando a importância da Educação Ambiental no contexto educacional e a relevância dessa formação desde a primeira fase da educação básica, “o empenho do educador(a) nesse processo é fundamental” (CREPALDI e BONOTTO, 2018, p.377).

(...) pensar a educação da criança em contato com o meio ambiente é apostar na capacidade infantil de compreender a complexidade da natureza. É aprender com esta complexidade, constituindo-se no contato com a diversidade, de forma espontânea e leve. Além disso, é proporcionar às crianças memórias de momentos felizes vividos em contato com o meio natural, favorecendo o cultivo do apreço pela natureza e, futuramente, um engajamento com as questões ambientais (CREPALDI e BONOTTO, 2018, p. 377).

Com base na relevância da Educação Ambiental na formação do sujeito e sua contribuição na preservação ambiental, junto a outras iniciativas legais, foi criada a lei: nº 9795, de 27/04/1999 que dispõe sobre EA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (MEC, 1999, p. 1).

Com a necessária formação ambiental, foram desenvolvidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), documento destinado às práticas pedagógicas para a educação infantil, o qual tem como eixos norteadores as interações e as brincadeiras. A relação com a natureza tem destaque nesse documento.

Nesse contexto, trazemos trechos do referido documento, no que tange às práticas pedagógicas com relação à natureza e a Educação Ambiental (BRASIL, 2009):

- **Art. 3** O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.
- **Art. 4** - As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas

interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura..

- **Art. 6, Inciso I** - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- **Art. 7, Inciso V** - Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.
- **Art. 9, Inciso VIII** - Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza.
- **Inciso X** - Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

Estas Diretrizes curriculares evidenciam no inciso X do artigo 9, “a preocupação com o desenvolvimento de práticas pedagógicas na EI (educação infantil) que estimulem o contato da criança com temas relacionados ao meio ambiente por meio da vivência” (SAHEB e RODRIGUES, 2016, p. 87), reforçando a importância do contato em espaços junto à natureza.

Os princípios definidos pelas DCNEI (BRASIL, 1999; 2010) devem perpassar a proposta pedagógica das instituições de EI no Brasil, e evidenciam a relação entre a temática socioambiental e educação para a cidadania. Este aspecto implica na emergência de novos saberes no currículo escolar. Nesse contexto a EA ganha especial relevo e impõe aos educadores a necessidade de repensar os saberes e a prática pedagógica apoiados em uma visão reducionista do conhecimento, em prol de propostas alicerçadas em saberes que “(...) instrumentalizem os indivíduos a assumir uma postura baseada na ética, na cidadania e na solidariedade” (SAHEB e RODRIGUES, 2016, p. 86).

3. O papel docente: por uma educação ambiental de qualidade

Para desenvolver uma Educação Ambiental de qualidade, ao nosso ver, é necessário que o corpo docente escolar propicie momentos de contato direto com a natureza. Assim, os/as professores/as têm um papel importante: o de buscar alternativas, dentro das condições existentes, para promover a Educação Ambiental. Isso é um grande desafio.

A autora Cristiana Profice (2010), a partir de sua pesquisa de tese, utiliza o conceito de ecologia do desenvolvimento para enfatizar as múltiplas influências que ocorrem na interação do indivíduo com a natureza.

A ecologia do desenvolvimento privilegia uma abordagem transdisciplinar, compatível com sua concepção holística do indivíduo, do ambiente e do processo interativo que os relaciona. A estas dimensões acrescenta-se o tempo constituindo um cronossistema que é crucial ao desenvolvimento humano. Para esta abordagem, o desenvolvimento é resultado da interação da pessoa com o meio a partir da influência de muitas dimensões de difícil desvinculação - biológicas, físicas, culturais, sociais, históricas, temporais e genéticas (PROFICE, 2010, pp. 20-21).

Nesse sentido, a autora salienta que a ecologia do desenvolvimento deve estar presente nas relações sociais, “(...) já que as interações com os elementos e processos ambientais são sempre mediadas pelo contexto no qual a pessoa se desenvolve” (PROFICE, 2010, p. 21).

As autoras Crepaldi e Bonatto (2018), destacam a necessidade de “(...) conhecer a natureza no relacionamento da criança consigo mesma, com a própria natureza, com as pessoas à sua volta e com a cultura” (pp. 387-388). Segundo as autoras, o conhecimento desses tipos de interação se faz importante aos docentes que se ocupam da EA na EI, na busca de uma formação infantil mais qualificada.

Esse conhecimento deve contribuir no enriquecimento das relações vividas, das crianças em formação. Na Educação Ambiental, é desejável que as “(...) professoras saibam enfatizar mais as experiências que as explicações” (CREPALDI e BONATTO, 2018, p. 389). Dessa forma deve-se levar as crianças a buscar o conhecimento através das experiências. Para isso, é importante criar situações em que, além das propostas oferecidas, as crianças busquem investigar os ambientes, facilitando o processo no qual elas questionem a realidade que as circundam, construindo assim um conhecimento, que estimula a autonomia e a criatividade.

Há, portanto, a necessidade de se embasar documentalmente as propostas educacionais oferecidas às crianças. O documento elaborado pela professora pesquisadora Eloisa Rocha, intitulado “Diretrizes Educacionais-Pedagógicas da Educação Infantil do Município de

Florianópolis”, delimita os princípios que regem a Educação Infantil no Município. O referido documento “(...) explicita a defesa de uma pedagogia da infância, apresenta os Núcleos de Ação Pedagógica-NAPs e encerra tratando da importância das Relações Pedagógicas” (FLORIANÓPOLIS, 2015, p. 3).

A educação infantil do município de Florianópolis, traz em seu currículo pedagógico os Núcleos de Ações Pedagógicas (NAPs), que são áreas delimitadas com propostas facilitadoras na definição e criação de atividades docentes na Educação Infantil do município. Estes núcleos são divididos em: Linguagens, Relações Sociais e Culturais, e Relações com a Natureza. Essa última seção tem como título: “Relações com a Natureza, Dimensões, Elementos, Fenômenos e Seres Vivos”, e enfatiza o contexto referente às interações e ao conhecimento em relação à natureza. Contudo, todas as ações pedagógicas são importantes e entrelaçam-se umas com as outras em um contexto de interdisciplinaridade (FLORIANÓPOLIS, 2015).

O documento cita em suas orientações curriculares a criança, como: “crianças da natureza.” Desta forma, o documento enfatiza a necessidade da classe docente em valorizar a relevância das relações das crianças com a natureza, e reforçar o interesse pelo mundo que as circundam. Portanto, esse documento orienta os profissionais da Educação Infantil, balizando suas ações pedagógicas, no sentido de valorizar a necessidade de proporcionar situações e experiências que enriqueçam o aprendizado (Idem).

O Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015), cita a necessidade de valorizar os saberes e as experiências que as crianças trazem consigo, e os conhecimentos culturais e formais que serão oferecidos nas instituições de ensino. Desta forma, cabe ao docente procurar valorizar esses saberes, tendo um olhar atento às suas manifestações.

O documento coloca que a relação do ser humano com a natureza nunca foi tão enfatizada nos discursos como na contemporaneidade, sendo esse um resultado do constante aumento da devastação da fauna, flora, rios e mares. Dessa forma, há a necessidade de valorizar uma educação em que se vislumbre um panorama de pertencimento em relação aos lugares, e no qual a criança desenvolva o sentimento “(...) do cuidado, da ludicidade, do respeito com todos os seres, humanos e não humanos” (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.2).

O documento do Núcleo de Ação Pedagógica da Educação Infantil do município de Florianópolis dá ênfase à necessidade de criação de situações pedagógicas presenciais junto à natureza:

Criar situações presenciais, por intermédio de excursões aos parques ecológicos, visitas a projetos ambientais, espaços com contato com a natureza, com vistas à ampliação dos repertórios e experiências com as plantas, os animais e com os elementos da natureza e/ou virtuais, em que se possa estudar, pesquisar sobre o mundo dos animais, das plantas, da vida marinha (FLORIANÓPOLIS, 2015, p. 10).

Neste mesmo documento, encontram-se ainda algumas sugestões de atividades, como por exemplo:

a) selecionar e/ou criar histórias e cenários sobre as estrelas, a lua, o céu, os planetas, o mar e seus “misteriosos habitantes”, no sentido de oferecer elementos para ampliar suas brincadeiras, imaginário e criatividade.

b) disponibilizar para as crianças com necessidade especiais, materiais, suportes, espaços, e tempos de experimentação e criação que atendam às suas demandas específicas e, ao mesmo tempo, lhes possibilitem o encontro com a natureza, em experiências de interação com outras crianças, considerando a ampliação de seus repertórios culturais;

c) criar diferentes situações envolvendo a observação e a pesquisa sobre a ação da luz, do calor, do som, dos ventos, das estações do ano, de preferência em contato com a natureza, e/ou seus elementos.

Neste capítulo, buscamos abordar o papel docente na Educação Ambiental, considerando as diretrizes curriculares referentes à Educação Infantil, no município de Florianópolis. Nesse sentido, os NAP, núcleos de ações pedagógicas, que são espaços privilegiados para as reflexões e ações que, entre outras, visam privilegiar uma educação que leve em conta a importância do conhecimento e da preservação do meio ambiente.

Ao final desse capítulo, vimos algumas propostas de atividades de Educação Ambiental, as quais podem ser realizadas, em espaços ao ar livre, ou mesmo sem a necessidade do contato direto com a natureza. Na impossibilidade de se propiciar o contato direto com a natureza preservada, os docentes têm o papel de criar estratégias para estimular esse contato, utilizando estratégias alternativas, e considerando os materiais disponíveis, ou que podem ser trazidos para a escola.

3.1. Entrevistas com professoras da Rede Municipal de Florianópolis

Nesta pesquisa, realizamos três entrevistas com professores/as de dois NEIM diferentes na cidade de Florianópolis, conforme descrito na metodologia. De modo geral, os professores relataram que ficam com poucas opções para trabalhar a Educação Ambiental, visto que não há infraestrutura adequada para estimular o contato direto com a natureza, de forma segura, considerando os menores alunos. Nesse sentido, a Educação Ambiental não é bem aproveitada, segundo a coleta de dados nas entrevistas, visto que há impedimentos para que a EA ocorra da melhor maneira, ou seja, no contato direto com a natureza. A exceção fica por conta de projetos, com saídas à espaços públicos, que ocorrem, em um dos casos, ainda que a frequência e a quantidade de horas não seja ideal.

Outro ponto de destaque nas entrevistas foi a constatação de que o Estado deveria investir mais nessa possibilidade, de considerar um ensino mais próximo à natureza, na Educação Infantil. Ainda que a legislação, nos diferentes níveis de governo pesquisados, indique essa necessidade, são escassos os investimentos que possibilitem aos docentes desenvolverem a Educação Ambiental com maior qualidade. Contudo, temos que considerar que Florianópolis é uma cidade privilegiada para se trabalhar a temática ambiental, visto que tem cerca de 50% de seu território em áreas protegidas, contando com parques, jardim botânico, ortoflorestal, praias, dunas, mangues, entre outros.

A partir das entrevistas feitas, às professoras (o) relataram a importância do tema natureza na Educação Infantil. Como o “brincar e o movimento” em ambientes naturais, e a conscientização ambiental que proporciona essas vivências para as crianças. Nesse sentido, foi perguntado aos/às professores/as (questão 1): *Como você entende o tema natureza na Educação Infantil?*

A essa questão, as/os professoras/es responderam, da seguinte forma:

Professor/a A: - Eu penso que é um tema muito importante, porque oportuniza relações com a natureza, com elementos sensoriais, também o brincar e o movimento. E conscientizar com o meio em que vive.

Professor/a B: - Muito importante, acho de extrema importância, pois as crianças precisam ter esse contato com a natureza. Que elas aprendem a dar valor, que elas entendam. Até para fazer o bem para elas, para o bem-estar delas.

Professor/a C : - Acredito que o tema natureza é fundamental, para que nossas crianças, bebês, desde pequenos mantenham este contato e a consciência, que é nosso bem natural.

De modo geral, todos os docentes concordam que o tema natureza deve ser trabalhado na Educação Infantil, reconhecendo a sua importância. Contudo, uma situação em que todos concordam, são as poucas opções, as dificuldades para proporcionar vivências na natureza, visto que a infraestrutura não é totalmente adequada para estimular este contato em segurança, principalmente, considerando as crianças pequenas. Nesse sentido, a Educação Ambiental não é bem aproveitada, pois há impedimentos para que esta ocorra da melhor maneira, ou seja, no contato direto com a natureza preservada.

Cabe ressaltar que um dos entrevistados cita a necessidade de mais participação do Estado. O entrevistado A acha muito importante o contato com a natureza, pois “as crianças estão cada vez mais privadas desse contato”. E fala que “o professor sozinho não consegue dar conta, de proporcionar esse contato às crianças”, dessa forma, precisa de uma intervenção maior do Estado, na busca de soluções para sanar, amenizar o déficit de natureza no cotidiano das crianças.

Uma situação marcante, citada entre os entrevistados, é o longo período em que as crianças ficam em ambientes fechados, principalmente nas salas de referência. Nos NEIM visitados, a ida ao parque é proporcionada em um período de aproximadamente uma hora em cada turno.

Embora as crianças passem um tempo em área aberta (pátio escolar), esta estrutura externa nas unidades educativas visitadas, ao nosso ver, não atende à possibilidade de se trabalhar a Educação Ambiental de forma qualificada, o que nos leva à seguinte questão (questão 2): *as/os professoras/es costumam fazer saídas com as crianças do NEIM? Se sim, com qual frequência?*

Nesse sentido, as/os professoras/es responderam, da seguinte forma:

Professor/a A: - Faço saídas com as crianças. Temos um projeto que semanalmente as crianças vão ao parque, na praia, brincam ao ar livre.

Professor/a B: - Eu não faço aqui, porque a minha turma é o G1 (turma de crianças de um ano). E aí não pode.

Professor/a C: - Aqui na nossa unidade não tem saídas com frequência. O único contato que tem com a natureza é no parque da unidade. Não tem saídas por conta da idade, acho que é pela idade. Eles são muito pequenos.

Podemos perceber, nesses breves relatos, que as saídas dessas unidades educativas, não acontece com a frequência que seria desejada para ser trabalhada a Educação Ambiental, de maneira qualificada. A exceção fica por conta dos projetos que, ocasionalmente, ocorrem em algumas unidades educativas. Cabe ressaltar que na Educação Ambiental, é desejável que as “professoras saibam enfatizar mais as experiências que as explicações” (CREPALDI e BONATTO, 2018, p. 389). E a experiência nesse caso deve ser feita no ambiente natural, facilitando o processo de conhecimento do espaço que as circundam e no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e cuidado pelo meio ambiente. Todavia uma educação ambiental com pouca ou nenhuma experiência em espaços naturais, se torna uma formação superficial, insuficiente para as crianças.

Em relação à questão 3, foi feita a seguinte pergunta:

Como você trabalha a conscientização ambiental com as crianças?

Professor/a A - Se dá em todos os processos, desde o brincar, nos momentos educativos. No cuidado com os brinquedos em sala de aula. O cuidar de si e do mundo. Com o cuidado com a natureza e o mundo em que vive.

Professor/a B - No caso eles são muito pequenos. Se a gente vai na rua (rua aqui é o parque da creche), por exemplo, peço que não arranquem a plantinha, que eles cuidem da natureza.

Professor/a -Procuo sempre trazer algo relacionado com a reciclagem. Mostrar a importância do cuidado com a natureza. Aproveitar toda essa natureza ao nosso redor.

Nessa questão os docentes valorizam a conscientização ambiental no processo educativo. O entrevistado A trabalha essa questão no cotidiano educativo. Com o professor (C) essa educação aparece de forma mais pontual na entrevista, quando o entrevistado cita atividades com a reciclagem. Nessa questão foi demonstrada a importância que os entrevistados dão às questões ambientais.

A questão 4, aborda a seguinte questão:

Você acha importante o contato das crianças com a natureza?

Professor/a A - Sim, acho muito importante, pois as crianças estão cada vez mais privadas desse contato. E que o professor sozinho não consegue, precisa de uma intervenção

maior do Estado a fim de proporcionar este contato tão importante. Que uma andorinha sozinha não faz milagre. Precisa de mais investimento.

Professor/a B - Super importante, porque eles vão levar de agora até a vida adulta.

Professor/a C - Olha é muito importante. Para que tenhamos cidadãos mais conscientes.

Nessa questão nota-se a valorização, a importância da natureza na vida das crianças pelos entrevistados. Em conformidade com o documento (DCNEI) que enfatiza em suas práticas pedagógicas a relação com a natureza.

A questão 5 abordou a seguinte questão:

A unidade educativa possui espaços e momentos para uma maior aproximação com a natureza?

Professor/a A- Muito limitada, porque infelizmente nossos governantes só pensam em cimentos, muito concreto. Não pensam na relação com a natureza. Eles acabam destruindo mais a natureza. Principalmente na Educação Infantil. E também acabam favorecendo o sedentarismo, as crianças ficando cada vez mais em ambientes fechados, confinados. Tem que pensar. Precisam de mais espaços verdes.

Professor/a B - O espaço é bem pequeno, no parque tem um pouco de areia, um pouco de grama, algumas árvores. Mas é um espaço que dá para aproveitar, que a gente consegue levar os bebês de vez em quando.

Professor/a C - Acredito que hoje é limitado. O espaço é pequeno, por ser uma unidade pequena. Nós temos uma unidade pequena.

Essas respostas demonstram a carência de espaços externos de parque, nessas unidades educativas, e em outras que não foram citadas aqui. Nesse sentido, como proporcionar ensejos, momentos de gosto, alegrias para as crianças, em poucos espaços de parque. Léa Tiriba (2014), fala do gosto das crianças pela natureza, que quando perguntadas do que elas gostam nas escolas e respondem, que "é do parquinho, brincar lá fora".

A questão 6 abordou a seguinte questão:

Na sua infância, como foi o seu contato, em relação com os espaços naturais?

Professor/a A- Na infância tive muito contato com a natureza. Nasci no Ribeirão da Ilha. Nadava na praia, no rio. Minhas brincadeiras eram no meio da mata. Brinquei com os elementos da natureza; mesmo porque vim de uma família simples, a gente não tinha brinquedo, brincava com o que tinha na rua. A rua era a goiabeira, a bananeira. Era limpar um poço para nadar, para tomar banho no verão.

Professor/a B - Tive bastante contato com a natureza. Morei em uma casa, com o terreno bem grande, com bastante árvores. Tive contato com animais. Subi em árvores. Ia muito para a praia. Tive bastante contato com a natureza.

Professor/a C - Foi muito bom. Quando pequena nós tínhamos uma área de natureza perto do bairro. Então sempre tínhamos esses momentos livres com o meio ambiente. Participávamos de projetos com relação à natureza.

Nas respostas a essa questão houve uma unanimidade entre os entrevistados, que foram as boas lembranças dos momentos vividos junto à natureza em suas infâncias. O entusiasmo ao falar desses momentos. Compatível, com os estudos de: (Barros, 2018, Mendonça, 2017, Oliveira e Velasques, 2020, Tiriba, 2010, 2014), quando citam a sintonia, o gosto das crianças pelo contato com ambientes naturais.

Na sétima questão, perguntamos o seguinte:

Em média, quanto tempo as crianças da sua turma ficam em ambientes fechados?

Professor/a A - Passam muitas horas, muito tempo, confinadas e sedentárias. Poderiam passar mais tempo em contato com a natureza. Justamente porque a gente não tem mais a possibilidade de ter ambientes livres e conectados com a natureza, que poderiam propiciar uma interação entre criança e natureza.

Professor/a B - Passam muito tempo dentro da sala. Em média ficam por volta de duas horas fora da sala. Um pouco de manhã e um pouco a tarde. Como eles ainda são muito pequenos, se está muito frio, aí a gente não leva.

Professor/a C - Em torno, em média de 5 horas, as crianças ficam em ambiente fechado. Porque nós temos 45 min. Pela manhã e 45 min. pela tarde, de parque para as crianças.

Esta questão pode ser o ponto focal dessa entrevista, pelo longo tempo que as crianças passam dentro da sala. Na primeira entrevista teve como resposta:” passam muito tempo, confinadas e sedentárias. Poderiam passar mais tempo em contato com a natureza.” E o pouco tempo que as crianças passam fora da sala, em média uma hora em cada turno. Dessa

forma como trabalhar uma educação ambiental com experiências junto à natureza, como cita (MENDONÇA, 2017).

Na questão 8, tratamos do seguinte tema:

Você tem conhecimento do PPP em relação ao contato com a natureza? E qual é a importância que é dada a essa questão?

Professor/a A - Sim, tenho sim. O PPP da unidade educativa está articulado com as relações com a natureza da proposta curricular da prefeitura de Florianópolis, que traz o Núcleo de ações pedagógicas. Sempre tentamos articular com os elementos da natureza, seja água, areia do parque, articulados com relações com a natureza. Mas em nossos NEIMs tem muitas limitações, arquitetônicas, barreiras que impedem em ter mais relações com a natureza. Demandam cimentar, construir prédios e assim não ter ambiente para as crianças se desenvolverem em ambiente natural.

Professor/a B - Sim, tenho contato com o PPP. Não me lembro muito bem sobre a parte da natureza. Mas se não me engano, diz que é muito importante que a criança tenha o contato com a natureza.

Professor/a C - Não tenho conhecimento. Mas como não tenho conhecimento não consigo opinar muito. Mas acredito que aconteça uma análise, algum movimento em relação a esse termo.

Entre os entrevistados(as), um respondeu ter conhecimento real do documento institucional, Todavia, apesar do pouco conhecimento em relação ao documento da unidade pelos (as) pelos dois outros(as) entrevistados(as), demonstraram a importância da relação com a natureza na formação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos compreender em que medida o contato da criança com a natureza se faz importante para uma Educação Ambiental de qualidade. A Educação Ambiental, amparada em diferentes leis, faz parte dos currículos escolares desde a Educação Infantil. Há um consenso entre especialistas, profissionais do ensino, e na sociedade de modo geral, sobre a sua importância, no sentido de que é necessário conhecer para preservar.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a temática da Criança e a Natureza, com base em autores/as de referência como Tiriba

(2010,2014) e Profice (2010). Além disso, buscou-se uma melhor compreensão do conceito de Educação Ambiental, e para tal, foram pesquisadas leis tais como: DCNEI.

No primeiro capítulo em relação aos direitos da infância, os autores pesquisados valorizam a interação das crianças com a natureza e a necessidade desse contato para o desenvolvimento integral desse sujeito em formação.

A Educação Infantil tem por objetivo desenvolver atividades que encantem os educandos para fomentar o seu desenvolvimento individual e social. Uma das situações que mais encanta as crianças são as vivências em ambientes amplos e principalmente naturais, fato que é relatado neste trabalho por praticamente todos os autores pesquisados.

Contudo se conclui que esse gosto que as crianças têm pelas vivências junto à natureza não é estimulado e proporcionado devidamente para elas. Percebe-se, que isso, pode ocorrer por questões do cotidiano, pela rotina, pelo espaço restritivo ou pelas influências dos adultos envolvidos no processo educativo. Dessa forma, a escola enquanto um espaço frequentado por muitas horas pelas crianças, acaba limitando as experiências junto à natureza.

As unidades educativas poderiam ser um lugar privilegiado para suprir essa carência. Todavia, contrariando os estudos feitos sobre os benefícios da natureza na vida das crianças, o que ocorre realmente, na grande maioria das vezes, é que as crianças passam um longo tempo dentro de salas e ambientes fechados, entre paredes. Assim sendo, como vimos, com base nas referências, esses ambientes deixam as crianças reclusas mais ansiosas e agitadas, fora os outros prejuízos atrelados a essa situação, como o Transtorno de Déficit de Natureza.

Dessa forma, é necessário rever as rotinas, as atividades pedagógicas e os espaços existentes das instituições educativas. Para que se possa aprender sobre o meio ambiente, em lugares e situações que possam ser experienciadas pelos pequenos estudantes. Dessa forma a EA, proporcionada desde tenra idade, vai valorizar o senso de pertencimento, e de valorização da natureza pela criança. Pois só valorizamos e preservamos aquilo que conhecemos.

Acreditamos que para uma Educação Ambiental de qualidade, se faz necessário que os professores(as) envolvidos, proporcionem o contato com a natureza. Que enfatizem as experiências junto à ela, favorecendo assim o aprendizado, as relações sociais, a afetividade e a cultura, proporcionando uma formação infantil enriquecedora.

Todavia vivemos em uma sociedade predominantemente antropocêntrica, voltada para a produção e o consumo, o que se reflete, nas instituições educacionais, em uma formação mais tradicional, onde a sala de aula é mais valorizada, em detrimento às áreas externas e naturais.

A Educação Infantil de Florianópolis, traz em seu currículo pedagógico os Núcleos de Ações Pedagógicas (NAPs), e um deles tem como premissa, as relações com a natureza. E cita em seu documento, a criança, como “criança da natureza”. A partir dessa concepção enfatiza a necessidade da classe docente valorizar as relações das crianças com a natureza para desenvolver o interesse pelo mundo.

No entanto, não é isso que ocorre normalmente nas unidades de EI do Município de Florianópolis. Ainda que algumas unidades educativas tenham espaços privilegiados, todavia, via de regra, são unidades pequenas com poucos espaços externos. Ainda é preciso se considerar que as saídas das unidades, no cotidiano, ocorrem esporadicamente. Conforme a rotina e as demandas da unidade, as crianças acabam por passar muito tempo dentro de ambientes fechados, com poucos momentos de parque, dessa forma contrariando o documento curricular municipal, que valoriza as relações das crianças com a natureza, ao menos a nível de discurso.

Através das entrevistas feitas com alguns educadores da rede municipal de ensino, foram narradas as situações em que as crianças ficam muito tempo dentro de sala e o pouco espaço de parque ao ar livre que as unidades citadas têm. Com essa conjunção, cabe ao quadro docente criar proposições para uma amenização do déficit de natureza, vivenciado pelas crianças. No currículo pedagógico do Município de Florianópolis, as crianças são citadas como "crianças da natureza". Todavia, temos as crianças, mas precisamos de mais natureza na vida delas.

Embora a legislação fale da importância da Educação Ambiental no percurso escolar, desde a Educação Infantil, na prática, na cidade de Florianópolis, os investimentos que poderiam possibilitar este contato não são suficientes, pelo que pudemos observar, e pelo que as entrevistas ratificaram. Nas unidades educativas, o que se percebe é a prevalência de materiais típicos da construção civil, e poucos espaços verdes com a presença de elementos naturais. A arquitetura desses espaços, via de regra, não permite que os alunos possam experimentar a natureza como ela é.

Os/as professores/as fazem o seu melhor diante das condições, contudo, há ainda muito o que avançar na direção de uma educação capaz de sensibilizar as crianças em relação aos cuidados com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. (2008) **Transpedagogia: educar para a consciência**. Coleção Tempo Transpessoal, Edição Independente, Gráfica Fast Print Indaiatuba, São Paulo, Brasil.

BARROS, M. I.A.de (org.). **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. Rio de Janeiro: Alana, 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938/81**, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial(da) República Federativa do Brasil, Brasília, 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 09/06/22.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 09/06/22.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>> . Acesso em: 29/04/22.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n 5, de 2009 - SEDUC Educação 17 de dez. de 2009 Art. 1 A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem... Resolução CNE/CEB.

CALLAI COPETTI, H. (2005) **Aprendendo a Ler o Mundo: A Geografia nos anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago.2005.

CREPALDI G. D. M. BONOTTO, D. M. B. **Educação Ambiental: um direito da Educação Infantil**. Revista Zero v.20, n. 38 p. 375-396. In. OLIVEIRA, M.M. S.de 2018.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, A.C.**Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas, 4. ed.São Paulo. 2002

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189- 205, mar. 2003.

MORAES, M. C.O **Paradigma Educacional Emergente**. Campinas, SP: Papyrus. 1997.

OLIVEIRA, M.M. S.de; VELASQUES, B. B. **Transtorno do Déficit de Natureza na Infância – Uma perspectiva da neurociência aplicada à aprendizagem**. Editora Latin American Journal of Science Education, Rio de Janeiro, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/portaleducacionalinfantil>> Acesso em: 10/05/2022.

PROFICE, C.. Percepção ambiental infantil em ambientes naturais protegidos. Tese (Doutorado). Editora UFRN. Programa de Psicologia Social da UFRN, Natal, 2010.

SAHEB, D.; RODRIGUES, D> G. A Educação Ambiental na educação infantil: Limites e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, V.23, n. 1, p.81- 94, jan./abr. 2016.

TIRIBA, L. Crianças da Natureza. In: **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010.

TIRIBA, L. (org.) **Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. Disponível em:

<https://www.academia.edu/16998681/ESPA%C3%87O_E_LUGAR_A_perspectiva_da_Experiencia_Yi_Fu_Tuan>. Acesso em: 08/06/2022.

VERDERIO, L. A. P. O Desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Infantil: Importância e Possibilidades. **Revbea**, São Paulo, v. 16, n. 1: 130-147, 2021.